

À TERCEIRA SERÁ DE VEZ?

“Diplomata” Bernardo Lidimba, a terceira aposta de Nyusi nos serviços secretos em cinco anos

- Bernardo Lidimba sucede ao general Júlio Jane na direcção do SISE. Durante os quatro anos e sete meses em que serviu como Director-geral, Júlio Jane “assistiu” à expansão da insurgência em Cabo Delgado, com a tomada e ocupação de sedes distritais, incluindo a vila municipal da Mocímboa da Praia. Lidimba é o terceiro Director-geral do SISE nomeado por Filipe Nyusi, depois dos generais Júlio Jane e Henriques Lagos Lidimo. Antes de chegar à direcção dos serviços secretos, Lidimba foi Chefe do Protocolo do Estado e mais tarde Alto-comissário de Moçambique no Quênia.

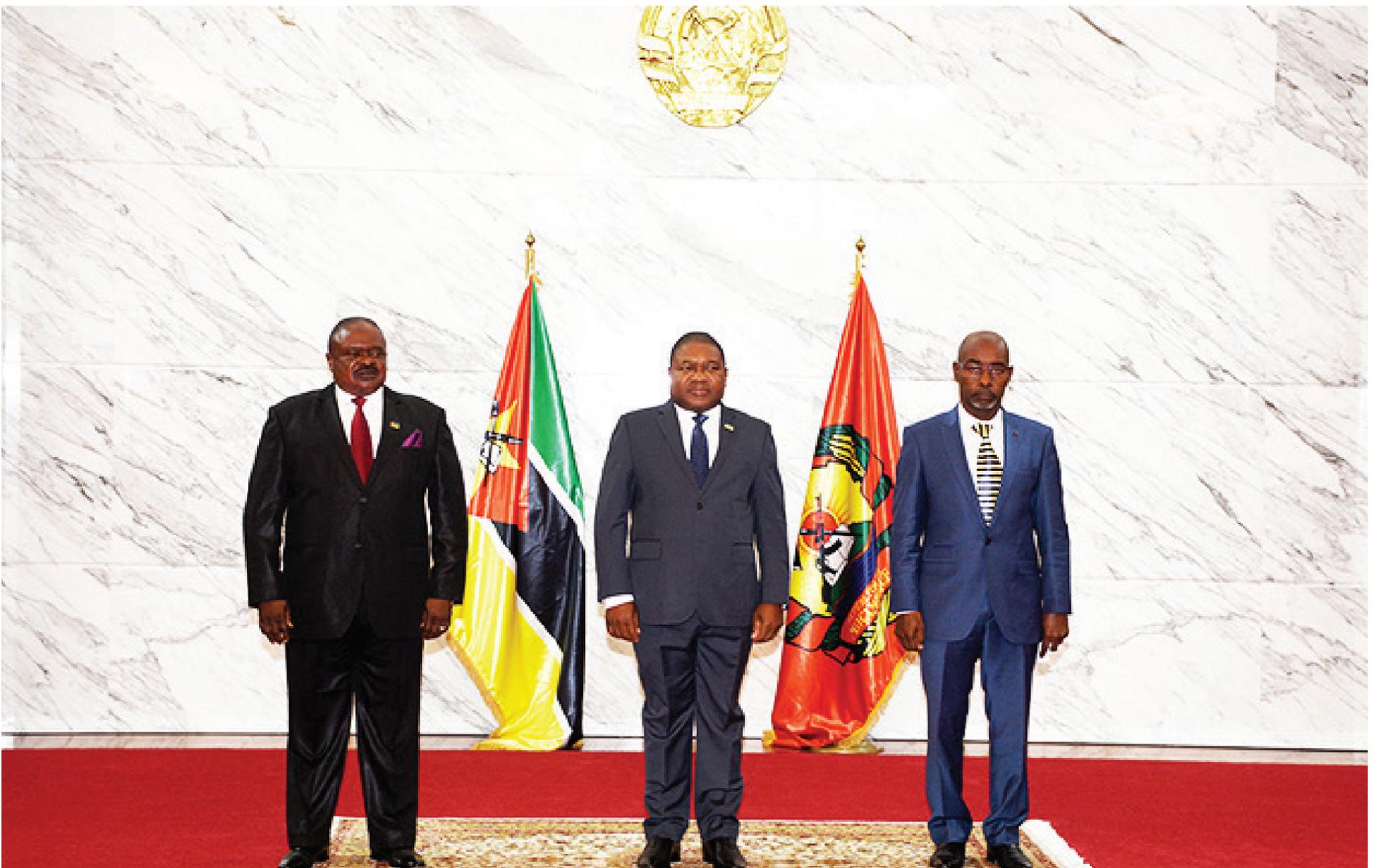


Lagos Lídimo

Júlio Jane

Bernardo Lidimba

● O novo director-geral do SISE terá como adjunto um homem da casa: Joia Haquirene, quadro dos serviços secretos desde 1978, onde exerceu várias funções, com destaque para Director Nacional da Contra-Inteligência. No dia 29 de Outubro de 2021, Haquirene foi ouvido no julgamento das “dívidas ocultas” na qualidade de declarante, o primeiro a ser interrogado. Até que ponto os serviços secretos dirigidos pela dupla Lidimba/Haquirene irão contribuir com informações relevantes para conter o recrudescimento dos ataques dos insurgentes em Cabo Delgado e outros crimes que põem em casa a segurança do Estado? Eis a questão.



Da esquerda para direita: Bernardo Lidimba (Director-geral do SISE); Filipe Nyusi (Chefe de Estado); Joia Haquirene (Director-adjunto do SISE)

Em Janeiro de 2017, dois anos depois de tomar posse para o primeiro mandato como Presidente da República (2015 – 2019), Filipe Nyusi fez a primeira mexida na direcção do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE), substituindo Gregório Leão por Henriques Lagos Lidimo, um conhecido general que dirigiu o Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique entre 1994 e 2008.

A mexida de 2017 não surpreendeu: Gregório Leão estava em frente do SISE há cerca de 12 anos, após ter chegado ao cargo de Director-geral em Maio de 2005, pela mão de Armando Guebuza, à época Presidente da República. Nyusi precisava de colocar um homem da sua confiança na direcção dos ser-

viços de inteligência, uma necessidade totalmente compreensível.

O segundo motivo estava relacionado com as “dívidas ocultas”, o maior escândalo financeiro de Moçambique independente. A direcção do SISE foi responsável pela criação da ProIndicus, EMATUM e MAM, e pela contratação dos empréstimos ilegais no valor de dois mil milhões de dólares a favor das três empresas. Isso nos anos de 2013 e 2014. O dinheiro era suposto financiar o projecto securitário de monitoria e protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique, mas grande parte fora desviado. Não havia condições para Gregório Leão continuar no cargo.

Aliás, seu nome de Gregório Leão já era citado como sendo um dos responsáveis pelo ca-

lote, por isso justificava-se o seu afastamento para permitir que a auditoria às “dívidas ocultas” liderada pela consultora britânica Kroll corresse sem sobressaltos. Dois anos depois, isto é, em Fevereiro de 2019, Gregório Leão foi detido, estando agora a aguardar pela sentença do julgamento das “dívidas ocultas” em prisão preventiva.

O general Henriques Lagos Lidimo não ficou muito tempo na direcção do SISE. Ele foi exonerado em Outubro de 2017, depois de cumprir nove meses no cargo. E deixou os serviços secretos dias depois do primeiro ataque dos extremistas violentos na vila municipal da Mocímboa da Praia, um fenómeno que inexplicavelmente apanhou de surpresa todas as Forças de Defesa e Segurança, a julgar

pela falta de estratégia de resposta, incluindo a subestimação da ameaça à soberania nacional e integridade territorial.

Como substituto foi chamado Júlio Jane, um general das Forças Armadas que vinha desempenhando as funções de Comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), desde Março de 2016. Antes de chegar ao Comando-geral da Polícia, Júlio Jane servia como Comandante do Serviço Cívico de Moçambique.

Pelo tempo que Júlio Jane permaneceu no cargo (quatro anos e sete meses), parecia que Nyusi tinha encontrado o seu homem certo para dirigir os serviços secretos. Sucede, porém, que na noite desta terça-feira, 31 de Maio, o Presidente da República voltou a mexer na direcção do SISE, exonerando o general Jane, quando faltavam cinco meses para completar cinco anos. Como é habitual, as causas das mexidas não são justificadas.

Foi durante o “consulado” de Júlio Jane que o conflito armado em Cabo Delgado se expandiu para mais distritos e provocou a pior crise humanitária das últimas décadas, com mais de 800 mil pessoas deslocadas. As sedes distritais de Quissanga, Namacande (Muidumbe), Macomia, Palma e vila municipal da Mocimboa da Praia foram assaltadas e tem-

porariamente ocupadas pelos extremistas violentos quando Jane liderava o SISE. Um claro sinal de que os serviços secretos não foram capazes de prever ataques coordenados e de grandes proporções, ajudando a minimizar o seu impacto sobre a população civil. O ataque brutal à vila de Palma, em Março de 2021, é disso exemplo paradigmático.

A terceira aposta de Nyusi para dirigir os serviços secretos chama-se Bernardo Lidimba, um homem da diplomacia e que conhece os corredores da segurança. Em Março de 2016, quando Nyusi tinha apenas um ano e dois meses na Presidência da República, nomeou Bernardo Lidimba para Chefe do Protocolo do Estado, em substituição de Cristóvão Jossias Gemo, que estava no cargo desde 2014.

O Chefe do Protocolo do Estado dirige o Gabinete do Protocolo do Estado, instituição subordinada à Presidência da República e responsável, entre outras funções, por preparar e propor a aprovação da lista protocolar nacional; garantir a implementação das normas do protocolo do Estado; organizar as cerimónias oficiais do Estado; organizar as visitas do Presidente da República, dentro e fora do país; organizar as visitas de Chefes de Estado e ou de Governos estrangeiros e ou-

tras personalidades estrangeiras, a convite do Presidente da República; apoiar o corpo diplomático e consular acreditado em Moçambique no desempenho das suas funções; organizar as cerimónias de apresentação de cartas credenciais dos novos embaixadores.

Foram apenas dois anos em que Bernardo Lidimba serviu como Chefe do Protocolo de Estado. Em Fevereiro de 2018 trocou Maputo por Nairobi, onde foi exercer as funções de Alto-Comissário de Moçambique no Quénia. Sua presença em Nairobi não durou três anos. Terminou em Dezembro de 2020, quando foi substituído por Jerónimo Chivavi, actual Alto-Comissário de Moçambique no Quénia.

Bernardo Lidimba chega no SISE num momento conturbado: depois de uma forte ofensiva das tropas conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC, os insurgentes parecem estar a reorganizar-se e a intensificar os ataques contra civis, incluindo viaturas, nos distritos de Macomia, Meluco, Nangade e Palma. As decapitações de civis que pareciam ter passado para a história voltaram a alarmar as populações que retornaram às zonas de origem. Até que ponto os serviços secretos irão contribuir com informações relevantes para conter o avanço dos insurgentes? Eis a questão.

Joia Haquirene: Antigo Director da Contra-Inteligência e declarante no julgamento das “dívidas ocultas” promovido a Director-adjunto do SISE

Bernardo Lidimba terá como adjunto um homem da casa: Joia Haquirene é quadro dos serviços secretos desde 1978 e já ocupou vários cargos, com destaque para Director Nacional da Contra-Inteligência do SISE. No dia 29 de Outubro de 2021, Joia Haquirene foi ouvido no julgamento das “dívidas ocultas” na qualidade de declarante, o primeiro a ser interrogado.

Na audição, confirmou que era representante do SISE no GIPS, empresa ligada aos serviços secretos. Chegou ao GIPS por indicação então Director-geral dos serviços secretos, Gregório Leão. Não contribuiu com nenhum valor para a subscrição da cota de 30%, e nem teve ganhos na GIPS, porque estava na empresa em representação do SISE. Os serviços sociais da secreta moçambicana controlavam 70% do capital da empresa, enquanto o SISE tinha 30%. A GIPS foi constituída em Dezembro de 2011, com o objectivo de desenvolver actividades económicas para gerar fundos.

Contou que em 2013 recebeu ordens superiores para deixar de ser sócio da GIPS. “Os meus colegas disseram-me que devia fazer



a cedência da minha cota para GIPS porque havia alguns parceiros ou investidores interessados em fazer parceria com a empresa, mas não gostariam de o fazer existindo um accionista singular. Assinei um documento da renúncia da minha cota a favor da GIPS". Numa primeira fase, Jóia Haquirine actuou como administrador executivo da GIPS, mas disse que não acompanhava o dia-a-dia da empresa. "Depois da nomeação de um director executivo da empresa, passei a administrador não executivo até à renúncia da minha cota".

O único acto administrativo relevante de que se lembra ter praticado como administrador executivo da GIPS é a assinatura de che-

ques da empresa, incluindo alguns destinados a pagar despesas da ProIndicus e da EMATUM. "A primeira vez que me trouxeram cheques para assinar, não fiz cópias. Mas a segunda vez fiz cópias dos cheques porque vi valores altos que me deixaram assustados: eram cheques de 10 e de 20 milhões de meticais a favor da ProIndicus. A terceira e última vez que fui solicitado para assinar cheques também fiz cópias. E antes de assinar sempre consultava o Director-geral e ele dava resposta positiva". Jóia Haquirine disse que assinou cheques na altura em que o seu colega Raufo Ismal Irá, também administrador executivo da GIPS, estava fora do País por razões de saúde.

Haquirine disse ao tribunal disse que nun-

ca tinha ouvido falar do Sistema de Monitoria e Protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique, mas confirmou ter assinado a subscrição do capital social da ProIndicus em representação do accionista GIPS. "Eu encontrava a documentação já feita e diziam que há ordens para assinar. Eu não me preocupava em saber para que efeitos eram os documentos, só assinava documentos como administrador da GIPS. Eu fazia isso porque estava convencido de que era do interesse do SISE e da segurança do País. É assim como nós funcionamos no SISE". Disse que não se lembra de alguém o ter informado dos passos para a criação de outras empresas participadas pela GIPS, nomeadamente a EMATUM e MAM.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

